

**ÉRIKA LEITE DE ALMEIDA RODRIGUES**

**CURRÍCULO OCULTO E O PRECONCEITO RACIAL**

**Rio de Janeiro**

**2007**

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS (CCH)  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
PEDAGOGIA  
Érika Leite de Almeida Rodrigues

**CURRÍCULO OCULTO E O PRECONCEITO RACIAL**  
*Érika Leite*

**Trabalho apresentado à disciplina Monografia II como  
requisito de avaliação e orientado pela Professora  
Maria Elena Vianna Souza.**

**Rio de Janeiro  
2007**

**Érika Leite de Almeida Rodrigues**

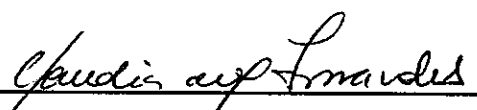
**CURRÍCULO OCULTO E O PRECONCEITO RACIAL**

---

**Avaliado por Valeria Cristina Lopes Wilke.**

---

**Avaliado por Maria Elena Vianna Souza.**

---

**Avaliado por Cláudia de Oliveira Fernandes.**

**06/2007.**

**Rio de Janeiro  
2007/1º**

## **DEDICATÓRIA**

*Ao meu pai, Edson Leite, por acreditar na minha competência acadêmica e profissional e por me possibilitar seguir pelo caminho da boa educação, acreditando que o conhecimento é a única coisa que ninguém é capaz de tirar de nós.*

*À minha mãe, Edna Lisboa, pela mãe exemplar que ela representa; por toda a base psicológica e todo o carinho que me foi dado.*

*Ao meu avô (in memoriam) por toda a atenção e amor.*

*Aos meus irmãos, Ewerton e Evelin, pela companhia e amizade. Sem vocês esse sonho não se realizaria!*

*Ao meu namorado, Carlos Adriano, de quem gosto tanto!*

*Às minhas amigas Rafaela Bravo e Renata Lima.*

*Obrigada por tudo. Eu amo vocês!!!*

## **AGRADECIMENTOS**

*À Deus pela minha vida.*

*À minha orientadora Maria Elena, por todo carinho, conselhos e atenção. Ela representa para mim um exemplo de educadora e mãe.*

*À toda a minha família.*

*À todo corpo docente da UNIRIO, por contribuírem para a minha formação no Curso de Pedagogia.*

*Aos meus amigos por toda a força nas horas difíceis e por não me permitirem desistir tão facilmente: tia Ana, Cacia, Carolina, George, tia Nila, Jenifer, Rafaela, Rejane, Renata e Tenilli.*

*À Escola de Educação, comandada por Janaína (diretora), Daniele e Adilson, por todo comprometimento com a sua função.*

*Às professoras Simone e Ana Paula que me permitiram observar suas aulas, aprendendo, ensinando e interagindo com seus alunos.*

*À vocês, a minha eterna gratidão!!!*

*"Eu sei que nada sei."  
(Sócrates)*

## RESUMO

A história oficial, traduzida para materiais didáticos, que transmite a idéia de que o negro apresentou-se sempre como passivo e submisso, tendo aceitado a escravidão sem reação e as imagens de submissão e humilhação dos negros escravos chamaram a minha atenção. Por esse motivo, analisei a história dos afro-descendentes e a sua constante luta por uma resistência cultural e caracterizei as ideologias impostas pelo currículo oculto, frente aos conhecimentos relacionados aos afro-descendentes,. Autores como Munanga, Skidmore, Apple, Hédio Silva e Clóvis Moura foram abordados no estudo. Conclui-se que devemos compreender a influência do currículo oculto nas diversas práticas escolares, pois, sua importância é fundamental na formação de conceitos.

Palavras-chave: currículo oculto; preconceito racial; relações raciais.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1 – A problemática racial no Brasil .....	13
2 – A trajetória do preconceito racial .....	17
3 – O currículo Oculto .....	20
4 – As relações entre currículo oculto e preconceito racial .....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	30



## INTRODUÇÃO

O Brasil recebeu mais africanos que os demais países da América, sendo considerado o país que mais escravizou a população africana e o último a abolir a escravidão (ANDREWS, 1998). A sociedade brasileira, portanto, caracteriza-se pela pluralidade étnica, produto de um processo histórico que inclui mistura racial e intercâmbio cultural, tornando o Brasil um país inegavelmente miscigenado.

Apesar do vasto intercâmbio cultural, essa diversidade levou à formação de *uma hierarquia de classes e culturas, que evidenciava a distância dos grupos étnicos*, vistos como diferentes e minoria detentora do poder de compra e de trabalho, em relação aos demais, auto-identificados como "a elite branca" e modelos de padrão de vida social.

Ao final do século XIX, houve necessidade de formar uma identidade cultural brasileira. Com a discussão acerca da cor dos brasileiros, a maioria miscigenada e/ou negra, cultivou-se a imagem do Brasil como primeira "democracia racial", que teve como principal defensor Gilberto Freyre (1963) com a obra *Casa Grande & Senzala*. Ou seja, embora ele exista, o preconceito racial no Brasil tem sido negado, tornando essa existência ainda muito velada.

A discriminação racial no Brasil nunca foi imposta por lei, apesar dos grupos étnicos permanecerem, desde o século XIX até os dias atuais, em situação de desigualdade, marginalidade e/ou exclusão social. Entretanto, isso ainda ocorre porque a ausência de discriminação racial prescrita por lei dificulta a sua identificação e seu combate. Enquanto as ações explícitas incitam na população um sentimento maior de solidariedade e de luta contra a injustiça, como ocorre com a população negra nos EUA, as formas mais veladas acabam parecendo sem valor e são deixadas de lado pela *unidade populacional, como ocorre no Brasil*.

Diante desse quadro, fica constatado que o "mito da democracia racial" no Brasil é uma construção ideológica, cujas proporções são de devastação pessoal à medida que dissemina o preconceito, a discriminação, e resulta em segregação e em exclusão social dos sujeitos negros.

O preconceito racial é uma das causas do fracasso pessoal, principalmente de quem sofre o preconceito, limitando as potencialidades dos sujeitos - diminuição de auto-estima, por exemplo -, e, em contra-partida, do fracasso escolar, pois, a criança incorpora o *preconceito sofrido e, baseada em estereótipos e na crença de que faz parte de uma raça inferior e historicamente submissa, não acredita no seu potencial para a aprendizagem, desistindo ao sinal das primeiras dificuldades, por se tomar como incapaz*.

Com a Lei 10.639/03, tornando obrigatório o ensino da História da África como uma forma de permitir à sociedade brasileira conhecer o outro lado da história do negro, o estudo das causas e efeitos do preconceito racial torna-se cada vez mais importante no curso de formação de professores.

O preconceito racial faz parte do cotidiano da sociedade brasileira, logo, das escolas, onde ele não se apresenta de forma explícita e sim nas entrelinhas da prática pedagógica, na relação com/entre os alunos e com/entre alunos e professores. É o que chamamos de currículo oculto. Por isso, dentro da sala de aula, a postura autocrítica do professor é essencial para lidar com as relações raciais e no combate às práticas racistas.

Ao trabalhar as relações raciais dentro do espaço escolar, questionamos se o currículo da escola está sendo coerente com a sua função social, de se apresentar como um espaço de preservação, mediação e respeito à diversidade cultural (diferentes núcleos familiares) e promoção da igualdade.

A história do negro, traduzida para os livros didáticos, transmite a idéia do negro como figura passiva e submissa aos quadros de maus-tratos e humilhação que foram submetidos (*representados por imagens que estereotipam a figura do negro*), como se esse quadro já lhes fosse familiar. Em contrapartida apresentam imagens positivas do branco colonizador. Nesse sentido Santos (2002) sugere que essas imagens contribuem (negativamente) para perpetuar a idéia do negro como inferior e ex-escravo:

*A descrição do comportamento do escravo como próximo ao do animal ou como semelhante ao de uma criança mal adaptada à sociedade atesta, definitivamente, a inferioridade racial do negro. Esses elementos não são apresentados de forma a relacionar o processo de escravidão à conduta do negro escravo, ao contrário, eles reforçam a idéia de que a condição de existência do negro só é adequada à escravidão (grifo meu). (p.97)*

Será que a história da população africana se resume apenas à escravidão? A escravidão foi apenas um modelo econômico adotado pelo Brasil, onde inicialmente utilizou-se a mão-de-obra indígena e, por motivos ideológicos, modificou-se para a mão-de-obra africana (tráfico de escravos)?

O argumento inicial para a prática do tráfico de escravos vindos da África era o de que o continente já utilizava o mesmo modelo econômico, estando os mesmos "acostumados" com essa situação. Porém, veremos que os reais motivos para a escravidão na África tinham origem política (perda de reinos na disputa por um território etc.) e o escravo era tratado como mercadoria, mas não era submetido aos maus-tratos e violência como no Brasil.

Poucas formas de resistência do povo africano à escravidão e colonização européia são tratadas nesses materiais didáticos. Fala-se pouco de um povo que representa muito: mais que uma raça marcada por uma cultura e conhecimentos singulares.

É sabido que os professores (como qualquer sujeito) carregam vivências sociais, experiências e atitudes que fazem parte de seu cotidiano dentro e fora da escola e adotar uma posição de neutralidade é difícil, porém, deve-se atentar para o fato de que *as crianças estão em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social, o que pode levá-las a incorporar mais facilmente mensagens e conteúdos discriminatórios que influenciarão, negativamente, na formação da sua identidade, levando-as a negar as contribuições da cultura negra, pois, ninguém quer ser descendente de um povo submisso e ex-escravo, como é vista a população negra nos materiais didáticos.*

Essas premissas relacionadas aos estudos acerca do preconceito racial e o currículo oculto nos levam às seguintes reflexões: *quais as causas para a manutenção do preconceito racial no Brasil? Que relações podem ser feitas entre currículo oculto e preconceito racial? Até que ponto essa relação influencia na formação da identidade das crianças do Brasil? Como fica a auto-estima da criança negra diante do preconceito racial reforçado por meio do currículo oculto e da violência simbólica? Que parte da história do negro é repassada em sala de aula? Até que ponto a mediação consciente do professor na relação entre alunos é importante no combate ao preconceito racial?*

É difícil combater algo que não existe. Portanto, é importante conscientizar e identificar as diferentes formas de discriminação e preconceito que atingem os sujeitos, em especial, os negros, para que possamos nos mover, enquanto educadores, para o *combate à segregação racial que tanto atinge a população negra nas instâncias políticas, sociais e econômicas, devido a um fator ideológico/físico: raça/cor da pele.*

O interesse pelo tema surgiu de observações acerca da violência simbólica sofrida pela população negra cotidianamente, com o objetivo de desqualificar e submeter o outro a uma condição de diferente e inferior aos demais (negro/branco). Portanto, "o diferente" não existe e a identidade cultural brasileira é resultado de uma troca entre "as diferentes culturas", sem que haja uma forma de pensar e agir que sirva de padrão para comparação com as demais. Tomos somos diferentes.

O grande desafio do estudo é permitir que os profissionais da educação, nas diversas áreas que ela abrange, reflitam acerca das práticas racistas e repassadas para os alunos na forma de currículo oculto e nas construções históricas equivocadas e injustas, que desvalorizam a rica história da civilização africana, propondo novas formas de discussão e alternativas para a eliminação da desigualdade.

Com isso, poderão analisar as suas práticas escolares, pensar na escolha e uso do material escolar (respeitando a diversidade), na escolha de temas para a realização de trabalhos e nas relações de interação em sala de aula, além de repensar as formas de trabalhar com esses temas, identificando e modificando as falhas no comportamento e na linguagem que caracterizam a violência simbólica (apelidos, xingamentos, brincadeiras, enfim, termos pejorativos) que fazem parte do cotidiano da população negra.

Sendo meu objeto de estudo a relação entre o currículo oculto e o preconceito racial, estudei teorias sobre as origens do preconceito racial, o que é currículo, currículo oculto, a construção da auto-estima da criança e o que é o ser negro na sociedade brasileira. Só então, comecei a fazer as relações entre o currículo oculto e o preconceito racial.

Numa etapa posterior, busquei observar nos estágios em sala de aula de uma escola de ensino fundamental, conteúdos oferecidos pelo professor, correlacionando-os com a possibilidade da existência de preconceito racial ou até de privilégio de uma cultura em detrimento de outra ou de um determinado estereótipo de aluno em detrimento de outro.

## 1 – A PROBLEMÁTICA RACIAL NO BRASIL.

A partir do final do século XIX, o Brasil, país que mais escravizou os negros africanos e que manteve esse modelo econômico por mais tempo, aboliu a escravidão como regime econômico, e a problemática do negro passou de modelo econômico para problema social, visto que os negros foram libertados e “jogados” na sociedade sem nenhum respaldo ou auxílio social. Para a sociedade, não eram escolarizados e nem educados, visto que o escravo não era considerado humano até pouco tempo antes da abolição, e seus conhecimentos e culturas não eram aceitos pela sociedade brasileira. Por isso, foram marginalizados e discriminados pela sociedade.

Contudo, em meio à gradual libertação dos escravos, surge no Brasil a discussão acerca da cor e raça dos brasileiros, já que a idéia do “branco” europeu como uma raça superior às demais, sinalizando maiores possibilidades de avanço, se instalou no ideal da população brasileira e fez crescer no Brasil a *Ideologia do branqueamento*, isto é, “(...) a nação brasileira seria tanto mais civilizada quanto mais branca fosse e pudesse, então, expelir do seu componente étnico: o negro, este, praticamente, era o que *sujava* (grifo meu) a civilização brasileira nesse processo (MOURA, 1994: p.184).”

Começou-se, a partir de então, uma corrida por teorias pseudo-científicas capazes de confirmar a inferioridade da raça negra, porém, sinalizando que a miscigenação “livraria” essas raças da condição de submissão e incapacidade (proporcionada pelo sangue do branco), características que lhes eram cotidianamente (e erroneamente) atribuídas pela população.

As tentativas de branquear a população pautavam-se na crença de que, em pouco tempo, a raça negra seria extinta para sempre da sociedade brasileira, o que é biologicamente impossível, considerando a existência da hereditariedade. Nas palavras de Skidmore (1976):

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” (grifo do autor) e pelo fato de ficar em aberto a questão da inferioridade inata. (...) Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo - a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. (p.81)

É importante ressaltar que essa diminuição em números da população negra foi causada por doenças e miscigenação racial, em que os filhos, hipoteticamente, nasciam mais claros a cada reprodução, além da baixa natalidade, pois, as mulheres negras tinham dificuldades em encontrar companheiros.

A taxa de mortalidade era alta devido ao padrão de vida que os negros eram submetidos (abaixo da miséria), morando em cortiços superlotados, sem o mínimo de infra-estrutura, convivendo com ratos e várias espécies de insetos nocivos à saúde do homem, passando fome, frio e sede. Enfim, era uma condição sub-humana e, além disso, os negros e mestiços que emergiam na vida social, temiam ser identificados como negros e sofrerem discriminação, embora sofressem assim mesmo, mas, de uma forma mais velada. Por esse motivo, perante o censo e a sociedade, os negros se auto-identificavam como brancos (SKIDMORE, 1976).

Com o tempo, pesquisas e estudos científicos foram realizados em prol de provar ou propor novas idéias com objetivo claro de branqueamento da população. Dentre eles, destaca-se o teórico Sílvio Romero (1888), com sua obra *História da Literatura Brasileira*, na qual discorre sobre o equívoco de acreditar no desaparecimento total das raças negras e índias, já sinalizando a teoria da hereditariedade. Nas palavras do autor:

É preciso ser completamente ignorante em coisas de antropologia e etnografia para desconhecer o duplo fenômeno da persistência dos caracteres fundamentais das raças, por um lado e, por outro, o fenômeno do cruzamento de todas elas, sempre que se acham em contato. (apud SKIDMORE, 1976: p.86).

Pode-se inferir a partir do escrito acima que, mesmo sinalizando uma mudança nas idéias acerca do desaparecimento da população negra no prazo máximo de três gerações, Sílvio Romero (1888) insistia no branqueamento da população, promovendo a procura por parceiros sempre mais claros. Todavia, esse estudo foi um ponto de partida para que o negro fosse, finalmente, considerado um integrante da sociedade brasileira (por meio da miscigenação), embora essa condição não lhe garantisse total aceitação social.

Quando essas teorias - de desaparecimento total dos caracteres físicos da raça negra em um prazo estimado - foram negadas cientificamente, novas teorias pseudo-científicas surgiram para manter o negro abaixo da condição de cidadão, tentando provar a sua inferioridade em relação à raça branca.

Concomitantemente, construiu-se a idéia da existência de uma democracia racial no Brasil, onde todos os cidadãos, independentes da cor e da raça, eram tratados de forma igualitária e harmoniosa, o que constituía um grande equívoco, pois, a segregação racial, embora tenha acontecido no Brasil de forma mais velada que nos EUA (instituída por lei), sempre existiu e os negros foram tratados com discriminação e marginalizados perante à sociedade.

Um dos percussores do *Mito da Democracia Racial* foi Gilberto Freyre, autor da obra *Casa Grande & Senzala* (1933), o qual, ao mesmo tempo em que representou um marco para os estudos acerca dos afro-descendentes no Brasil, permitindo que a contribuição cultural africana fosse, finalmente, reconhecida como importante para a formação do povo e da cultura brasileira; também contribuiu negativamente para uma das mais perversas formas do racismo brasileiro: o ocultamento do preconceito e da discriminação racial. Com Freyre (1963), o negro continua sendo tratado como um objeto:

Na ternura, na mítica excessiva, no catolicismo em que se deliciam os nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhana que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. De que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi *nosso companheiro* (grifo meu) de brinquedo. (p.331)

Nesse trecho, Freyre aborda que as crianças negras eram cuidadas dentro das casas dos senhores para servirem de companhia para as crianças brancas. Porém, muitas vezes, essas mesmas crianças que serviam como “companheiras”, serviam também de brinquedo, como o famoso cavalinho, dentre outras brincadeiras utilizadas até os dias atuais, cujo invento servia para aumentar a relação de submissão entre negro e branco.

Esse ocultamento do preconceito racial só fez aumentar e perpetuar as práticas racistas, dificultando as formas de lidar com o preconceito e a segregação, em nível individual e coletivo, pois, como confrontar com algo que não existe? Como modificar uma forma de pensar que não é assumida como tal? Como combater algo que é negado é invisível aos olhos, mas resulta na segregação e sofrimento de todo um grupo étnico?

As constantes contradições e a falta de consenso acerca da real existência do preconceito racial apresentam-se como as primeiras dificuldades na luta contra o racismo, pois contou com o apoio pseudo-científico da época, que buscava confirmar por meio de teorias, a superioridade da raça branca. Dentre alguns escritos, Skidmore (1976) destaca:

- O diário de viagem feita ao exterior de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, proeminente político republicano e escritor.

embora negro tivesse sido indispensável ao crescimento da agricultura brasileira, o "sangue caucásio" era "mais forte" e, em conseqüência, estava agora a dominar o etíope... Vencerá dentro de um século, e conquistará, mais tarde, o Índio. Como prova, apelava para observações feitas no seu Estado natal: "Em São Paulo, por exemplo, graças ao clima e a uma série de fatores antropológicos, o sangue negro desaparece na quinta geração. (p.83)

- O artigo escrito para a revista Outlook, pelo ex-presidente americano Theodore Roosevelt:

No Brasil (...) o ideal principal é o desaparecimento da questão negra pelo desaparecimento do próprio negro, gradualmente absorvido pela raça branca. (...) Os brasileiros são um povo branco, pertencente à raça do Mediterrâneo, diferenciando-se das gentes do Norte, somente como delas diferem, com seu esplêndido passado histórico, as grandes e civilizadas velhas raças de espanhóis e italianos. (...) A enorme imigração europeia tende, década à década, a tornar o sangue preto um elemento insignificante no sangue de toda a nação. Os brasileiros do futuro serão, no sangue, mais europeus ainda do que o foram no passado e diferenciarão da cultura somente como os americanos do Norte diferem. (p.85)

Ainda com o objetivo de branquear a população brasileira e trazer novos conhecimentos dos países mais desenvolvidos para o Brasil, incentivou-se a imigração e, com ela, a mistura racial tão almejada. O ideal do branqueamento havia tomado conta de toda a população, por isso homens e mulheres da cor escura procuravam parceiros de cores mais claras para mesclar a população e proporcionar novas possibilidades de ascensão social para seus filhos, pois, acreditavam que, quanto mais clara fosse a pele, maiores possibilidades de aceitação social. A cultura africana era negada enfaticamente.

Para sustentar a idéia da imigração, utilizou-se a desculpa de que os negros (ex-escravos) não conseguiriam contribuir para o amplo desenvolvimento e avanço econômico tão almejado para o Brasil. Santos (2002) informa que:

(...) para justificar a imigração seria preciso provar que: 1) o progresso do país era fundamental; 2) para ter progresso é preciso ter mão-de-obra qualificada; 3) a escravidão é sinal de atraso; 4) a população brasileira constituída, em sua maioria, por escravos, é atrasada; 5) não há mão-de-obra qualificada disponível no país. (p.84)

Essa defesa de que a mão-de-obra negra não era qualificada pode encontrar um respaldo na falta de escolarização dos negros, porém, a idéia de que o negro é incapaz de aprender é um grande equívoco, pois ele é tão capaz de aprender quanto os demais da cor mais clara, ditos brancos.



## 2 – A TRAJETÓRIA DO PRECONCEITO RACIAL.

Ao que tudo indica o racismo foi inaugurado no século XIX, mas seus fundamentos lançados no século XVIII. No século XIX, a teoria da distinção racial pautada na biologia, fortalecida, deu o estatuto final à teoria de que a natureza forja alguns indivíduos ao comando e outros à obediência. Obediência identificada com a raça negra. (SANTOS, 2002: p.52-53)

As estereotípias negativas contra o negro e o aprofundamento das diferenças entre grupos étnicos ganham novas dimensões, sendo ideologicamente evocados para "assegurar as vantagens políticas, econômicas e psicológicas nas mãos dos antigos dominantes e de seus descendentes" (MUNANGA, 1996: p. 81), na medida em que criam uma convicção negativa que afirma a inferioridade do negro, sem possibilidades de mudança. Recorro às palavras de Santos (2002)

A descrição do negro como lascivo, libidinoso, violento, beerrão, imoral ganha as páginas dos jornais compondo a imagem de alguém em quem não se pode confiar. Condenavam o samba e a capoeira como práticas selvagens e que terminavam em desordem e violência. Acusavam os negros por praticarem bruxarias, por não possuírem espírito familiar sendo as mulheres sensuais e infiéis e os maridos violentos, retratos da falta de estrutura moral, psíquica e social do negro. (p.131)

Sendo assim, a questão do preconceito racial não resulta apenas da escravidão como forma de submissão, mas, de uma constante atualização das formas como a classe dominante busca reproduzir a idéia da existência de seres/raças superiores e inferiores, mantendo a exploração e a discriminação social de uma raça sobre a outra (cor da pele: branco/negro). Assim, defendiam que uma raça nascia para servir e a outra para ser servida. Munanga (1996) diz que:

A classe dominante continuou a reproduzir-se, reproduzindo, entre outros, racistas e racializados, superiores e inferiores. Por isso, fica difícil sustentar a idéia de que o racismo anti-negro no mundo atual é mera sobrevivência do seu passado histórico enquanto escravo. A sociedade produz novas formas de racismo que nada têm a ver com o passado escravista. Portanto, a luta é contra este presente concreto, atual, cotidiano, visível, comensurável e não contra um passado sobre o qual as novas gerações conhecem pouco ou mal de manuais de história (grifo meu)." (p.81).

É triste saber que nos dias atuais, com tantas pesquisas e estudos acerca da questão racial no contexto escolar, os professores ainda acreditam e repassam a idéia errada de que as práticas racistas resultam diretamente da escravidão.

Na verdade, o fato é que na tentativa de manter a relação superioridade/inferioridade diante do fim de um modelo econômico que utilizava a mão-de-obra escrava, foram claras as tentativas para manter a falsa idéia de que a população negra portava características inatas de inferioridade com relação à raça de cor branca.

Sendo assim, alguns cientistas da época começaram a defender e disseminar idéias de igualdade e harmonia entre as raças, porém com cunho ideológico-político, pois, seu objetivo principal era o de modificar a imagem negativa de grande miscigenação do Brasil no exterior e para evitar ódio dos negros com relação ao passado escravo e a posterior organização em busca de uma revolução contra os brancos, formando um estado negro. Santos (2002) aponta que:

(...) o medo da desagregação total da nação brasileira quer pela miscigenação com uma raça inferior quer pela simples destruição da raça branca por mãos negras ocupava a mente dos primeiros emancipacionistas. Já na geração seguinte, a dos abolicionistas, observa-se uma mudança estratégica: ao invés de cultivar o ódio entre as raças, o medo e a revolta, apregoou-se a igualdade, a harmonia, a paz. (p. 105)

Estava claro, então, que o fim da escravidão e o crescimento demográfico dos mestiços ocasionaram uma competição acirrada na luta por um espaço na sociedade, principalmente porque os mestiços já estavam substituindo os brancos em muitos cargos, por falta de mão-de-obra. E como conter a competição? Trabalhando a negação da cultura e do potencial dos afro-descendentes.

A partir de então, teses imigrantistas contribuíram para a perpetuação das diferenças entre as raças, pois a imigração baseava-se na busca por uma mão-de-obra mais qualificada, para não dizer "branca", para que o país alcançasse o progresso mais rapidamente. Portanto, "a imigração somente era mais vantajosa que a abolição porque oferecia o que os escravos (...) jamais poderiam oferecer: o verniz branco europeu e industrial pelo qual o país tanto almejava." (p.91). Nas palavras de Santos (2002):

No Brasil do século XIX, a questão da imigração era fundamental. A promessa da abolição (...), colocava intelectuais diante do problema de o que fazer com o negro ex-escravo e futuro cidadão, e como integrá-lo adequadamente à sociedade brasileira. Esta temática tomou espaço nos debates, jornais, livros, na Câmara, no Senado, obrigando a tomada de partido contra ou a favor da abolição e da imigração. Desenvolvia-se, simultaneamente, o desejo do fim da escravidão para o aprimoramento de técnicas mais modernas de trabalho e o medo de que a população negra liberta tomasse a nação, eliminando os brancos. (p.83)

Os argumentos da ciência evolucionista eram os de que, como já estavam acostumados com o processo de industrialização, pois vinham de países desenvolvidos, seriam capazes de gerar lucros e os avanços para a sociedade brasileira de forma mais rápida e eficaz.

Assim, com o fim de um modelo econômico que defendia a escravidão, tentou-se transferir a condição do negro como uma simples mercadoria, para uma ideologia que disseminava a inferioridade inata. Não é discutido, de fato, o antigo regime, e sim, os antigos escravos, como se a palavra escravo fosse um adjetivo "natural" da palavra negro.

A discriminação racial é, constantemente, confundida com a questão das classes e não há como negar a inter-relação. Todavia, a discriminação racial existe e independe da classe do sujeito, à medida que temos exemplos no campo político, profissional, social, acadêmico e, principalmente, na escola.

Não há como negar que a influência do passado escravo de humilhações, trabalhos forçados, castigos físicos desnecessários, condições sub-humanas de existência e pobreza absoluta tenha influenciado para baixar a auto-estima e reforçar o *preconceito racial sofrido pelos afro-descendentes e com relação à cultura africana*, pois é triste e vergonhoso descender de um passado marcado pela "derrota, subserviência e humilhações" passivas.

Por isso a importância de trabalhar a cultura africana na sala de aula, contextualizando-a no cotidiano das crianças, como uma forma de desmistificar o passado negativo relacionado ao negro, pois, busca-se trabalhar positivamente essa cultura rica em tradição, conhecimento, particularidades e com uma estrutura social que contribuiu muito para a construção da identidade cultural brasileira

*Discussões como essas devem ser levadas aos conselhos de classe e discutidas pelo corpo docente da escola para a troca de informações, conhecimento e experiências, na busca do fim do preconceito racial e das práticas racistas embutidas no currículo oculto.*

### 3 – O CURRÍCULO OCULTO.

Os "olhos" (grifo do autor) que olham as crianças na escola e na sala de aula não são nunca isentos, sequer desinteressados, muito menos descritivos. Seus "olhares" (grifo do autor) – sejam curriculares, didáticos, pedagógicos, psicológicos, sociológicos, filosóficos, antropológicos – estão historicamente comprometidos em determinadas relações de poder-saber e implicados na constituição de certas políticas de identidade e de representação culturais, e não de outras (CORAZZA, 2001: p.22).

A escola, como funciona atualmente, trabalha com a reprodução de fatos históricos e culturais sistematizados pela sociedade, trabalhando todas as culturas de forma a homogeneizá-las. Somos múltiplos e diversos, mas nem por isso desiguais, portanto, não podemos homogeneizar uma cultura plural, pois estaríamos negando as particularidades de uma ou de outra.

*A função primordial da escola é trabalhar o conhecimento dos alunos relacionando-os com os fatos, fenômenos e experiências vividas, utilizando como instrumento de trabalho o professor, que trabalha com as próprias idéias, conhecimentos e representações do mundo. Por isso é preciso que os professores "reflitam e discutam sobre seus preconceitos, evitando transmiti-los nas relações com as crianças. Todo trabalho pedagógico implica transmitir, conscientemente ou não, valores e atitudes relacionados ao ato de conhecer". (RCNEI, 1998).*

Precisamos que o professor e a escola, inclusive todo o quadro administrativo, juntos, atentem para a reflexão acerca do currículo oculto, cujo conteúdo implícito interfere nas relações sociais em sala de aula e fora dela. Corazza (2001) diz que "os professores devem fabricar outros óculos e outra linguagem para ver as coisas e as palavras de "nossos" (grifo do autor) currículos, como tal, foi criado. Se foi criado assim, poderá ser traçado de outros modos". (p.112).

O currículo oculto consiste em atitudes, comportamentos e ações que são repassadas e ensinadas de forma implícita, através de relações impessoais e estruturas capitalistas. Enfim, de acordo com SILVA (1999)

*(...) O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes (...) o que se aprende no currículo oculto e através de quais meios. Para a perspectiva crítica, o que se aprende no currículo são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e às pautas de funcionamento, consideradas injustas e antidemocráticas e, portanto, indesejáveis, da sociedade capitalista. Entre outras coisas o currículo oculto ensina, em geral, o conformismo, a obediência, o individualismo. (...) (P.78).*

O preconceito racial, como pudemos observar no capítulo anterior, pode interferir nas relações sociais, limitando as atitudes e contribuindo (negativamente) para baixar a auto-estima do aluno negro. Por isso, questões como o respeito às diferenças e pluralidade cultural, amparadas pela LDB, os PCNS e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, devem ser estudadas nos cursos de formação ou na forma de educação continuada, para que os professores tenham sempre contato com essas discussões.

O cuidado com o respeito à pluralidade passa pela escolha do material didático, fontes para a pesquisa, matérias para a produção de trabalhos em sala de aula (recortes, autores, reportagens, personagens etc.), livros paradidáticos, escolha e apresentação de autores negros e brancos, observação da relação entre os alunos e o cuidado com a postura docente quanto às atitudes racistas dentro e/ou fora da sala de aula: brincadeiras, apelidos animais, xingamentos entre outros.

Isso tudo faz parte do currículo oculto e para que o professor seja capaz de *perceber manifestações diversas de preconceito racial na sua prática pedagógica e, por meio dela, planejar e estudar formas de combate e discussão contra a discriminação racial*, ele deve manter uma posição de auto-avaliação e autocrítica. Nas palavras de SILVA (1999)

(...) O currículo oculto ensina, ainda, através de rituais, regras, regulamentos, normas. Aprende-se também através das diversas divisões e categorizações explícitas ou implícitas próprias da experiência escolar: entre os mais "capazes" e os menos "capazes", entre meninos e meninas, entre um currículo acadêmico e um currículo profissional. (p.79).

Por meio dessas avaliações, o professor poderá perceber, também, quais os *interesses de seus alunos e saber o que ainda lhes é difícil de entender*.

Devemos lembrar sempre que os valores sociais se concretizam na prática cotidiana, sendo construídos e reconstruídos em meio ao convívio social. Se a criança pratica o preconceito racial em casa, assim o fará em sala de aula e fora dela. Mas se ela pratica o respeito à diversidade cultural, assim o fará em casa, na sala de aula e em qualquer lugar.

A problemática racial pode ter como principal companheiro de luta a escola, logo, os professores deverão buscar relacionar-se com o entorno social da escola - comunidade, pais, associação etc.- pesquisando em conjunto formas de modificar o currículo da escola, tanto o formal quanto o oculto. Ou seja, devemos tentar "compreender os mecanismos históricos de transformação da diferença num problema e, a partir de sua historicidade, resgatar os significados que a diversidade assume e realidades como a nossa" (GUSMÃO, 2003: p.7).

Porém, não basta estabelecer no currículo atividades que envolvam objetos e imagens, muitas vezes estereotipadas, de outras culturas. A pluralidade cultural é vivida em sala de aula, e deve ser aproveitada dessa forma. As imagens e objetos são conseqüências desse trabalho, e surgirão como uma necessidade natural, podendo vir por meio de pesquisa feita pelos alunos ou com a ajuda do professor, em sala de aula. Elas podem ser buscadas em jornais, livros, revistas, internet, etc.

O professor deve buscar trabalhar com a diversidade em sala de aula de forma a valorizar todas as culturas. Ele não precisa se preocupar com a identificação de *crianças negras com imagens de pessoas negras ou o mesmo com as crianças não-negras*. O professor deve preocupar-se em trabalhar com todas as culturas e todas as raças. Assim, a identificação acontecerá naturalmente.

Observar a relação teoria-prática dos professores, que na maioria das vezes apresentam uma idéia errônea quanto ao significado da diversidade cultural é uma forma de modificar o quadro de discriminação e segregação social no qual nossa sociedade está inserida.

Muitos professores ainda trabalham com a cultura africana de forma estereotipada e "diferente", *em comparação com um padrão de cultura, que nada mais é que a cultura europeizada da elite*.

Nos questionários respondidos por professores de uma escola da rede pública de ensino, mantida pela Aeronáutica, que trabalha com Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio, afirmam trabalhar a cultura africana de forma contextualizada no cotidiano das crianças.

Porém, durante os três meses de observação, pude perceber que todas as atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula, não apresentaram nenhum *fragmento real da cultura africana, identificado e inserido no cotidiano das crianças, a não ser de forma oculta e desconhecida por eles e, também, pelos professores, como as suas contribuições na matemática, nas tecnologias, na língua etc.*

O currículo formal pede que os professores levem fragmentos culturais de diversas culturas para dentro das salas de aula, relacionando-os com o cotidiano das crianças, geralmente trabalhados em datas comemorativas. Porém, ao mesmo tempo, a escola prioriza determinados conhecimentos que julga mais importantes e essenciais para a construção do sujeito social ou cidadão.

Os professores, apesar de marcarem no questionário que a linguagem verbal na relação aluno-aluno é marcante para a manutenção da discriminação e segregação, afirmam que as crianças não percebem o negro como "o diferente" a ponto de discriminá-lo ou segregá-lo. Segundo seu discurso: — (...) a criança "apenas" se identifica com aquele que mais se parece fisicamente com ela. Mas isso não seria discriminação por fenótipo?

O professor deve estar atento à sua visão de mundo e a dos alunos, buscando intermediar as relações, pois as crianças não entendem as formas veladas de discriminação, reproduzindo discursos e atitudes sociais disseminados pela sociedade e, na maioria das vezes, na cultura familiar.

A criança não desconstrói um discurso de uma hora para outra. É necessário um trabalho crítico-político-social das atividades pedagógicas, como na criação de murais, recortes de jornais, poemas de autores negros, e apresentação desses autores, mostrando que a contribuição do negro afro-descendente não está só na festa junina ou no artesanato, mas na música, na religião, na tecnologia, na língua portuguesa, na literatura, nas ciências etc.

Observar a relação aluno-aluno é uma forma de estudar a auto-estima das crianças negras e não-negras. Em uma das turmas, observei que uma das alunas negra tinha baixa auto-estima, e a professora também já havia notado, embora, não tivesse feito nada para modificar esse quadro. Como reagir a um caso de baixa auto-estima? Como motivar o aluno e levantar sua moral?

O trabalho com a diversidade cultural terá resultado a longo prazo. Para tanto, é necessário que o professor observe o aluno-indivíduo com baixa auto-estima, e que sua atenção esteja voltada para a reversão desse quadro, com a introdução de conteúdos e histórias positivas dessa "nova" cultura no cotidiano escolar.

Enquanto o professor não perceber que a criança, sentindo-se inferior aos demais, terá um motivo para sentir-se e acreditar-se incapaz de crescer e desenvolver aptidões para a sua inserção social, ele estará contribuindo para a disseminação de práticas e atitudes racistas, além de diminuir a auto-estima das crianças negras.

Conversar com a criança, elogiá-la, mostrar suas qualidades, que vão muito além da beleza física, são formas de provar que ela é tão capaz quanto as demais crianças em sala, independente de raça ou cor da pele, pois a criança se tornará visível em um mundo que nega e diminui a importância da sua existência.

O professor deve manter uma posição de crítica e de constante avaliação de sua prática, o que envolve conteúdos pedagógicos lecionados e os relacionamentos em sala, questionando as crianças e trabalhando esses novos conceitos. Enfim, o professor deve estar de olho no currículo formal e no oculto, pois "é essa consciência que vai permitir alguma possibilidade de mudança. Tornar-se consciente do currículo oculto significa, de alguma forma, desarmá-lo." (SILVA, 1999, p.80)



#### 4 – AS RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E O PRECONCEITO RACIAL

Devemos fabricar outros óculos e outra linguagem para ver as coisas e as palavras de “nossos” currículos, (...), como tal, foi criado. Se foi criado assim, poderá ser traçado de outros modos. (CORAZZA, 2002, p. 112)

A discriminação racial limita as potencialidades dos sujeitos, principalmente das crianças, cujas atitudes e conceitos são limitados, aumentando as suas possibilidades de fracasso pessoal.

A escola, como funciona atualmente, resume-se em um espaço onde é feita a reprodução de conhecimentos e fatos históricos de um determinado nicho social, negando as diversidades como contribuições em potencial para a constituição da cultura brasileira atual. Gusmão (2003) diz que

A tendência a homogeneizar, própria das sociedades plurais, e permanentemente contrariadas pelo renascimento das singularidades e especificidades, aponta para o fato de sermos: múltiplos e diversos, mas nem por isso desiguais. (p.6-7)

Assim, questões como o respeito às diferenças e à pluralidade cultural, amparados pela LDB, os PCNS e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana devem ser estudados pelo corpo docente da escola, e discutidos nas reuniões de conselho de classe.

Ao propor uma discussão sobre essa temática, abriremos espaços cada vez maiores para que experiências sejam trocadas, novas informações obtidas, possibilitando a construção de novos conhecimentos e conceitos.

O cuidado que a escola deve ter vai desde a escolha do material didático até a preocupação constante com a postura do professor perante sua prática pedagógica, sua relação com os alunos, sua atenção com a relação entre alunos e dos demais funcionários.

A questão proposta é: devemos, enquanto professores, castigar ou conscientizar quanto às brincadeiras, piadas e xingamentos de cunho racista e preconceituosos, que visam a utilização de estereótipos para desvalorizar colegas negros? Evidentemente que a resposta seria conscientizar, pois, castigar seria apenas uma medida momentânea que não provocaria mudanças reais de comportamento ou atitudes.

A resposta para a problemática das relações raciais no espaço escolar poderia ser buscada nas escolas, alcançando desde o currículo formal até o currículo oculto.

Cabe aos educadores questionar alguns aspectos de natureza ética, como o trabalho com a diversidade e a superação da exclusão e discriminação, considerados temas transversais pelo PCN, mas que deveriam ser eixos condutores de toda prática educacional, para que possamos obter um resultado amplo e natural.

Como trabalhar a (re)construção de conceitos trabalhados durante séculos em apenas uma semana ou alguns meses, como geralmente é proposto nas escolas? Silva Jr. (2002) sugere que:

(...) se inverta a ordem de inclusão e prioridade de compreensão dos PCNS, tornando os temas transversais os primeiros orientadores para todas as etapas deles decorrentes: conteúdos disciplinares a serem ministrados; escolha de livros didáticos focalizando a natureza ética dos textos, bem como a qualidade de informação sobre os aspectos da diversidade humana – física, biológica, social e cultural; tratamento de temas que se apresentam nos livros-textos ou outros suportes didáticos; e, principalmente, uma acurada pré-seleção de todo material que seja produzido pelo Estado, visando cumprir as metas dos temas que, deixando de ser transversais, seriam eixos de reflexão. (p. 34)

Esse percurso tem seu início no curso de formação de professores, podendo também ser trabalhado na educação continuada, onde, segundo Gusmão (2003)

(...) a necessidade de compreender os mecanismos históricos de transformação da diferença num problema e, a partir de sua historicidade, resgatar os significados que a diversidade assume em realidades como a nossa. (p. 7)

A escola, por si só, não poderá mudar toda a história de discriminação, humilhações e hierarquia em curto prazo, nem os professores. Porém, tanto a escola quanto o corpo docente têm a obrigação de funcionarem, juntos, como um ponto de partida para a mudança desse quadro. Afinal, hoje educaremos os adultos de amanhã, e assim podemos fazer, aos poucos, a grande diferença.

Para tanto, a conscientização de que a relação opressores e oprimidos deve acabar, juntamente com o fim do racismo e da segregação racial, à medida que os professores são capazes de relativizar mundos distintos, dando aos sujeitos subsídios para que não ignorem seus direitos e para que não se sintam inferiores aos demais, tendo em vista que o homem tem como objetivo alcançar o progresso pessoal e social, cabendo à educação escolar fazê-lo refletir racionalmente sobre a construção da sua identidade.

Não se trata aqui de forçar que o aluno se auto-identifique como da cor escura ou clara, como negro ou branco. Trata-se de ensiná-lo os pontos positivos e as histórias de vitórias e ascensão social, política, econômica e tecnológica de um povo que foi humilhado e negado até os dias de hoje, incluindo as suas contribuições para a formação da sociedade atual.

Enfim, ao atribuir ao professor a função de mediar as diversas visões de mundo presentes em sala de aula, tornando-as entendíveis e adaptando-as aos potenciais das crianças, o currículo passa a ter um papel fundamental na prática pedagógica, incluindo, é claro, o currículo oculto.

O currículo oculto diz qual deve ser a postura do professor e quais os objetivos que "ele" pretende alcançar, logo, o currículo torna-se um tipo de linguagem, na qual o professor busca embasamento para o exercício pedagógico.

Sendo assim, o currículo oculto torna-se uma prática tangente ao currículo formal, pois representa um conteúdo presente nas práticas pedagógicas, capaz de interferir e influenciar na construção de conceitos pelas crianças, mas, que é inconsciente e invisível, já que engloba a subjetividade e a individualidade do professor quanto ao aluno e à sua prática pedagógica. Corazza (2001) aponta a diferença entre currículo formal e oculto:

(...) o currículo oculto formal, manifesto, explícito, oficial, como aquele que é dito que se faz, ou que deve ser feito (...) e o currículo oculto, o real, em ação, o implícito, aquele que costuma estabelecer distâncias entre o pretendido pela burocracia educacional é o que corre nas escolas." (p.108)

A qualificação para lidar com as diferenças se faz necessária para a prática pedagógica, para que os professores possam compreender a problemática que envolve a questão racial e cotidiano escolar, já que sua contribuição é de fundamental importância para a transformação da identidade e da história da criança.

Todavia, a qualificação do professor não se restringe à formação acadêmica, mas também à sensibilidade inerente à sua função, que é a mediação das diferenças, suprimindo as necessidades dos alunos.

A linguagem tem seus signos associados à cultura, à etnia, ao meio sócio educacional. A falta traduz sentimentos, emoções e revela como cada grupo étnico é percebido e como se percebe diante da exclusão social e étnica. Assim, etnias diferentes sofrem racismo e discriminação diferentes. A forma de desvendar esse todo apresentado por analogia seria a *escuta sensível* (grifo meu) por meio da prática interdisciplinar em que cada parceiro formal ou informal contribui para a construção do conhecimento. O objeto de análise é a fala e a escuta. (KIKUCHI, 2003, p. 140).

Quanto aos conteúdos didáticos, é importante que as histórias das diversas culturas sejam contadas não apenas sob o ponto de vista dos brancos dominantes. É importante que as crianças, em especial as negras, se vejam representadas em sala de aula, seja como sujeito de uma história ou como um futuro profissional bem-sucedido. Santos (1983) sugere que:

Trata-se de tornar o negro brasileiro visível através de seu passado recuperado (...). Embora isso possa parecer uma tarefa de menor importância, é o primeiro e indispensável passo para promovê-lo à condição de brasileiro de alto nível. (p. 16)

Podemos, então, compreender a influência do currículo oculto nas diversas práticas escolares e, principalmente, na formação de conceitos. Apple (1982) diz que:

(...) uma vez que os estudantes, à medida que crescem, podem raciocinar verbalmente com alguma facilidade e podem refletir sobre aspectos de suas condições sociais e culturais, assim, o próprio conteúdo do currículo adquire importância maior. (p. 126).

Ao atribuir a condição de mediação na formação de conceitos a um currículo, ele deve ser o mais imparcial possível e, para que haja relação entre a exposição dos conteúdos e as experiências individuais do professor, deve haver um bom senso, pois o conhecimento não está desvinculado nem dos atores humanos concretos que os criaram, nem daqueles que os transmitem. Corazza (2001) defende que:

(...) ao agir, um currículo sempre significa algo diferente do que faz e não faz, algo diferente do que significa. Este "algo diferente" é dado na relação existente entre as coisas significativas nos afazeres de um currículo e os signos usados para significá-las. (p.42-44).

As formas lingüísticas ocultas que o currículo usa, podem caracterizar práticas racistas, e é por isso que tal estudo torna-se importante à medida que identifica e caracteriza as ideologias que são impostas pelo currículo oculto, frente aos conhecimentos relacionados aos afro-descendentes, buscando uma maior valorização desses preceitos e a eliminação do racismo na escola.

É preciso observar as crianças como um todo, visando resultados no coletivo, deixando de lado a visão individual sobre os mesmos. Segundo Corazza (2001):

(...) as variações ficam como que anuladas e os efeitos das repetições é que vão delinear os fundamentos da verdade sobre cada criança da educação moderna, que ali começava a ser conjugada, em sua condição de enunciabilidade, e a ser olhada, em sua nova condição de visibilidade. Para isto, fora preciso situar esta criança em um espaço coletivo e homogêneo, neutro e aberto, que reorganizasse o campo de sua educação e onde o saber pedagógico se instaurasse, ao mesmo tempo em que instaurava e redefinia o estatuto social do novo sujeito-infantil. (p. 42-44).

O currículo implica analisar os conhecimentos, linguagens, formas de raciocínio, ciências, experiências, modos de agir, pensar... Enfim, toda a ação envolvida na educação é vinculada às relações de saber e de poder, que ficam gravadas na consciência. Assim, as crianças não conseguem se tornar visível quando as relações de poder e saber positivas, impostas pela ação pedagógica, são aquelas transmitidas por uma elite hierarquizada e minoritária não-negra. Corazza (2001) aponta para uma

mudança:

29

Pouco à pouco, vamos entrando em uma escola que abandona a penalização por meio da lei para penalizar através da norma. É ela que indagará pelas causas do que via como "delitos escolares", em relação àquela criança que não se adequava ao padrão de normalidade estabelecido pelos saberes educacionais. (p. 52)

Sendo essas normas características do currículo escolar, e uma das formas ocultas que visam transmitir saberes da "elite", uma observação detalhada sobre elas torna-se necessária, pois, elas implicam em uma homogeneização coletiva das atitudes.

Ao estabelecer normas descontextualizadas do cotidiano do aluno a escola estará negando a subjetividade do educando e dos professores que, muitas vezes, não concordam e não entendem o porquê das normas, à medida que acabam por tornar invisível a identidade cultural do aluno, negando sua cultura individual como a liberdade de expressão, a gestificação, o "falar alto" etc.; formas de conhecimentos e comportamentos disseminados e defendidos pelo currículo formal.

Não se trata de deixar nas mãos dos alunos o poder para criar normas, tampouco impedir as escolas de criarem suas normas. Porém, essas normas devem fazer parte do currículo formal da instituição, à medida que elas interferem diretamente nas relações de interação dentro e fora da sala de aula.

Como homogeneizar o coletivo, diante de tantos legados culturais? Na busca pela homogeneização a escola não estará negando o seu objetivo maior: a promoção e o respeito à pluralidade cultural?

Assim, é necessário que as instituições de ensino reformulem as premissas escolares, para que o aluno negro possa perceber-se visível em seu meio e em sua cultura, pois estudar a cultura do afro-descendente, por exemplo, pode ajudar na criação de novas normas e regras que atendam às crianças negras envolvidas nesse processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seriam felizes os homens que vivessem em sociedades nas quais pudessem utilizar sua razão; sociedade na qual se verificasse que o princípio de igualdade era obedecido, houvesse benevolência e estima entre os homens. Mas o homem só estima aqueles aos quais considera virtuosos. (SANTOS, 2002, p.38)

O sentimento de rejeição, resulta em uma sociedade que discrimina os negros, resultando em dados estatísticos relevantes de evasão e fracasso escolar. A trajetória da escolaridade está intensamente diferenciada pela raça/cor da pele, desde o acesso, passando pela permanência do aluno até a finalização (SILVA, 2002).

Sendo assim, a inclusão de alunos com deficiências distintas de aprendizagem em classes regulares recai sobre os alunos negros, que são analisados e estereotipados, sem que seja levado em consideração fatores que interferem diretamente no desenvolvimento de uma criança como o contexto social no qual ela está inserida, a família, a classe social, a estrutura psicológica e as relações que estabelecem dentro e fora da sala de aula.

Ao inferir que a educação escolar é resultado de um processo de crenças, conhecimentos culturais distintos, qualificações, especialidades e poderes, devemos reconhecer a importância de olhar a criança afro-descendente como um indivíduo que é cidadão, sendo útil para a sociedade na construção da identidade cultural brasileira e ainda nos dias atuais, visto que é também um produtor e transmissor de discursos e sujeito da história à qual pertence.

A escola, tendo em vista a sua função como a representação de um espaço de promoção da interação e diversidade cultural, deve manter-se como um ambiente imparcial, buscando sempre intermediar as relações dentro e fora das salas de aula, principalmente nesta última, onde o currículo oculto torna-se mais concreto, visível e presente.

O espaço escolar proporciona aos alunos um ambiente de interação com os pares e construção e reconstrução de conceitos, tendo o professor como um instrumento principal dentro dessas práticas, pois, cabe a ele observar as relações entre alunos e manter uma postura crítica e de auto-avaliação quanto à sua prática pedagógica e o currículo adotado pela escola.

Vale ressaltar que para que uma instituição de ensino assuma uma posição de imparcialidade frente à grande diversidade cultural da qual participa e intermedia, é necessário que todos os funcionários da escola estejam engajados com a promoção da igualdade racial e do respeito à diversidade, pois suas ações podem contribuir, direta ou indiretamente, *para futuras mudanças nas relações sociais*.

Mas, será que o professor tem conseguido mediar às relações de interação com a diversidade, seja entre alunos ou professor-aluno? Será que tem demonstrado interesse pela pesquisa e estudos na área, buscando a auto-avaliação e auto-crítica de sua prática? Será que ele sabe que não existe uma cultura padrão para que relações de comparação sejam estabelecidas, ou seja, não há uma cultura diferente, pois todas diferem entre si.

Não podemos negar o legado cultural que os professores carregam consigo, *diante das diversas experiências vividas e trocas com outros profissionais da área*. Porém, o professor deve considerar que sua postura influencia diretamente na formação da identidade e da auto-estima dos seus alunos, à medida que as relações de poder que se estabelecem dentro da sala de aula têm como peça principal o professor, pois é ele "quem dita as regras".

Assim, para uma prática pedagógica eficiente o professor deve submeter-se a uma constante análise, buscando fundamentação teórica para seus questionamentos, buscando auxílio com a coordenação pedagógica ou com a literatura produzida sobre essa temática. *Enfim, o professor deve comprometer-se com seu trabalho de eterno investigador, tornando-o mais rico e acrescentando no desenvolvimento dos conceitos infantis*.

Para o estudo das diversas possibilidades de mudanças e diversificações entre os pares, é necessário que o profissional da educação tome para si um discurso que defenda que todos somos (re)produtores de discursos, incluindo as crianças, e que as relações de troca em sala de aula e fora dela acontecem à todo momento, como afirmava Paulo Freire (1987, p.68), *"Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo."*

Por fim, ao se perceber como instrumento de poder no processo de (re)construção da identidade dos alunos, o professor se perceberá não apenas como um mero transmissor de conhecimentos e conceitos construídos socialmente, mas como um sujeito pleno de direitos e deveres, com saberes capazes de modificar diversas visões de mundo e as construções feitas ao seu redor.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Trad. Magda Lopes. Baurú, SP: Educ, 1998.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRASIL. **Referencial Curricular nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ED. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 1987.
- FREYRE, GILBERTO. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. (Org.) **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. EDUSP, 1996.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. Ed. Anita Ltda., 1994.
- ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. In: SKIDMORE, Thomaz E. **Preto no Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ./Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SILVA, Jr. Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Quem escondeu o currículo oculto**. In: Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999: 77-152.
- SKIDMORE, Thomaz E. **Preto no Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.





UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : \_\_\_\_\_

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : \_\_\_\_\_

ORIENTADOR : \_\_\_\_\_

**FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL**

Primeiro avaliador :

Professor convidado:

Valéria C. L. Wilke

Nota : DE2

Considerações:

O trabalho monográfico está elaborado de forma a atender os objetivos propostos. Ele revela a maturidade intelectual da aluna e que ela tem condições de

Se encaminhar para a pós-graduação.

Sugiro que ela amplie a abordagem culturalista, se for manter esse tema na pós-graduação, passando a inserir seu objeto num contexto ampliado, enfocando-o conforme abordagens macrosociológicas e/ou macrohistóricas.

Concedo a nota 10,0 (dez)

Palmeirinha

Segundo avaliador :

Professor orientador : Maria Elena Viana Souza

Nota: 10,0

Considerações:

Durante todo o processo de pesquisa e elaboração da monografia, a aluna mostrou-se totalmente envolvida com o tema, demonstrando crescimento intelectual, pessoal e profissional.

A bibliografia utilizada pela aluna foi trabalhada de forma satisfatória e trouxe acurrido conhecimento para o autor e para os leitores.

A nota máxima para o trabalho deve-se ao fato de ter havido por parte da aluna grande empenho em realizar um trabalho acadêmico coerente com o que se propôs a fazer.

Parabéns!

Maria Clere V. Souza

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II: Claudia Ferrandiz

Nota : 10.0 (dez)

Considerações:

O trabalho cumpriu as exigências formais de um texto monográfico.

Recomende-se a revisão da digitação em alguns trechos, em especial, no sumário.  
Claudia Ferrandiz

### RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
	10.0	10.0		

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2007